



**PREFEITURA DE
SÃO PAULO**

AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA Nº 156/2026

UASG: 925056 – PMSP – PREFEITURA DE SÃO PAULO

PROCESSO SEI Nº: 6011.2026/0000860-1

Considerando AUSÊNCIA DE CÓDIGO ESPECÍFICO para CADA ITEM no www.gov.br/compras, solicitamos que para a formação da proposta de preço e o registro no sistema, o Licitante baseie-se EXCLUSIVAMENTE nas informações das ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO OBJETO e demais condições do ANEXO I deste Edital.

OBJETO: Contratação de empresa especializada para a confecção, fornecimento e entrega de medalhas, acompanhadas de seus adereços regulamentares (miniatura, barreta, roseta e diploma), acondicionadas individualmente em estojo de veludo na cor azul marinho, próprio para apresentação institucional

JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS: SIM

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

ANEXO II – DECRETO 69.3921/2025

ANEXO III – MODELO REFERENCIAL DE DECLARAÇÕES

ANEXO IV – MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

ANEXO V – MODELO DE DECLARAÇÃO DE NÃO CADASTRAMENTO E INEXISTÊNCIA DE DÉBITOS PARA COM A FAZENDA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

ANEXO VI – MINUTA DE NOTA DE EMPENHO

EDITAL DE DISPENSA ELETRÔNICA

1. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

1.1. Poderão participar da dispensa de licitação as empresas que:

1.2. atenderem a todas as exigências deste edital e de seus anexos, desde que sejam credenciadas, com cadastro ativo, no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras) – Certificado Digital ICP-Brasil.

1.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

1.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

1.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

1.5.1. Tenham objeto social pertinente e compatível com o objeto licitado;

1.6. Não poderão disputar esta dispensa de licitação:

1.6.1. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2. APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS

2.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, a proposta com a descrição do objeto e o preço unitário e total, até a data e o horário estabelecidos para a abertura da sessão pública, devendo, no cadastramento da proposta, proceder às declarações pertinentes, em campo próprio do sistema.

2.2. A licitante deverá indicar na sua proposta o “Valor”, “Marca”, “Fabricante” e “Descrição Detalhada do Objeto Ofertado”, de forma semelhante ao estabelecido no Termo de Referência - Anexo I deste Edital.

2.3. A licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em

seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiros sua proposta, lances e declarações.

2.4. A apresentação da proposta de preços implicará em plena aceitação, por parte da licitante, das condições estabelecidas neste Edital e em seus anexos.

2.5. A proposta deve conter oferta firme e precisa, sem alternativa de produtos, preços ou qualquer outra condição que induza o julgamento a ter mais de um resultado.

2.6. Os preços cotados deverão ser cotados em moeda corrente nacional, em algarismos e devem ser adequados aos praticados no mercado na data de sua apresentação, sem inclusão de qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária e devem incluir todos os custos diretos, indiretos e despesas, necessários ao fornecimento do objeto, inclusive frete. O preço ofertado será irrevogável e constituirá a única e completa remuneração pelo cumprimento do objeto deste certame, não sendo aceitos pleitos de acréscimos nos preços, a qualquer título.

2.7. Quaisquer tributos, custos e despesas diretos ou indiretos serão considerados como inclusos nos preços, não sendo aceitos pleitos de acréscimo, a qualquer título.

2.8. A proposta deverá ter validade não inferior a 60 (sessenta) dias corridos, contados a partir da data de sua apresentação.

3. HABILITAÇÃO

3.1. Divulgado o julgamento das propostas de preços na forma prescrita neste Edital, passar-se-á à fase de habilitação.

3.2. A habilitação da licitante vencedora poderá ser substituída por meio de registro regular no SICAF.

3.2.1. Caso os dados e informações constantes do SICAF não atendam aos requisitos exigidos deste Edital, o Agente de Contratação verificará a possibilidade de alcançar os documentos por meio eletrônico, juntando-os ao processo administrativo pertinente à licitação.

3.2.2. O responsável por conduzir a dispensa eletrônica e sua Equipe de Apoio alcançarão os documentos exigidos no subitem 3.5.2. deste Edital, por meio eletrônico, devendo a licitante encaminhar pelo sistema os demais documentos não emitidos via Internet.

3.2.3. Na impossibilidade de obtenção/emissão de documentos por meio

eletrônico, o Pregoeiro solicitará sua apresentação pela licitante, juntamente com os demais documentos.

3.3. A Administração não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos meios eletrônicos hábeis de informações no momento da verificação de documentação ou dos meios para a transmissão de documentos a que se referem as cláusulas anteriores, ressalvada a indisponibilidade de seus próprios meios. Na hipótese de ocorrerem essas indisponibilidades, a licitante deverá encaminhar os documentos solicitados por outros meios, dentro do prazo estabelecido, sob pena de inabilitação, mediante decisão motivada.

3.4. Por meio de aviso lançado no sistema, via “chat”, as demais licitantes serão notificadas sobre a empresa vencedora e habilitada, por atendimento às condições estabelecidas neste Edital.

3.5. A habilitação se dará mediante o exame dos documentos a seguir relacionados, relativos a:

3.5.1. Regularidade fiscal:

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ.
 - b) Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual, relativo à sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto licitado.
 - c) Certidão de regularidade de débitos relativos a tributos federais e à dívida ativa da União, inclusive as contribuições sociais;
 - d) Certidão de regularidade de débitos referentes a tributos estaduais relacionados com o objeto licitado, expedida por meio de unidade administrativa competente da sede ou domicílio da licitante.
 - d.1)** No caso de a licitante ter domicílio ou sede no Estado de São Paulo, a prova de regularidade para com a Fazenda Estadual se dará através da certidão de débitos tributários da Dívida Ativa do Estado de São Paulo, expedida nos termos da Resolução Conjunta SF/PGE nº 02, ou a que suceder.
 - e) Certificado de Regularidade de Situação para com o Fundo de Garantia de Tempo de Serviço (FGTS).
 - f) Certidão de Regularidade em relação à Fazenda Pública Municipal.
 - g) Certidão de regularidade perante a Justiça do Trabalho.
 - h) Regularidade perante o Cadin Municipal
- 3.5.1.1.** Serão aceitas como prova de regularidade, certidões positivas com efeito de negativas

3.5.2. Declarações:

- a)** Declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, sob as penas da Lei, conforme o disposto no artigo. 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal e inciso VI do art. 68 da Lei Federal nº 14.133/21
- b)** Declaração de inexistência de fato superveniente impeditivo de sua habilitação inclusive condenação judicial na proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, transitada em julgada ou não desafiada por recurso com efeito suspensivo, por ato de improbidade administrativa;
- c)** Declaração de que a licitante não possui sanções vigentes previstas no inciso III do art. 156 da Lei Federal nº 14.133/21, no âmbito da Administração Pública Direta e indireta do Município de São Paulo e no inciso IV do mesmo artigo, no âmbito de quaisquer entes federativos.
- d)** Declaração de observância e atendimento aos parágrafos §1º, §2º, §3º do art. 4º da Lei Federal nº 14.133/21;
- e)** Declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na CF/88, leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, sob pena de desclassificação.
- f)** Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social.

3.5.2.1. As declarações supra deverão ser elaboradas em papel timbrado e assinadas pelo representante legal da licitante, sendo recomendada a utilização do modelo constante no **ANEXO II** do presente Edital, facultando-se a elaboração de declarações individualizadas.

3.5.2.2. Declaração conforme **ANEXO IV**.

3.6. A licitante para fins de habilitação deverá observar as disposições Gerais que seguem:

3.6.1. Todos os documentos devem estar com seu prazo de validade em vigor. Se este prazo não constar de cláusula específica deste edital, do próprio documento ou de lei específica, será considerado o prazo de validade de 06 (seis)

meses, a contar da data de sua expedição, salvo os atestados/certidões de qualificação técnica, para os quais não se exige validade.

3.6.2. Todos os documentos expedidos pela empresa deverão estar subscritos por seu representante legal ou procurador, com identificação clara do subscritor.

3.6.3. Os documentos emitidos via Internet serão conferidos pelo Pregoeiro ou sua equipe de apoio.

3.6.4. Os documentos exigidos para habilitação não poderão, em hipótese alguma, ser substituídos por protocolos, que apenas configurem o seu requerimento, não podendo, ainda, ser remetidos posteriormente ao prazo fixado.

3.6.5. O Agente de Contratação e sua Comissão verificarão eventual descumprimento das vedações de participação na licitação, mediante consulta ao:

a) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ, no endereço eletrônico www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php;

b) Cadastro Nacional das Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, no endereço eletrônico <https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>;

c) Portal de Sanções Administrativas, no endereço eletrônico https://www.bec.sp.gov.br/Sancoes_ui.aspx/sancoes.aspx

d) Rol de Empresas Punidas, disponível no endereço eletrônico http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/gestao/suprimentos_e_servicos/empresas_punidas/index.php?p=9255;

e) Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), disponível no endereço eletrônico <https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>;

3.7. Os documentos serão analisados pelo Agente de Contratação e sua Comissão quanto a sua conformidade com os solicitados e serão anexados ao processo administrativo pertinente a esta licitação.

3.7.1. Estando a documentação de habilitação da licitante vencedora em desacordo com as exigências do Edital, ela será inabilitada.

3.7.2. Sendo inabilitada a proponente cuja proposta tenha sido classificada em primeiro lugar, o Agente de Contratação examinará a proposta ou lance subsequente, verificando sua aceitabilidade e procedendo à habilitação da licitante, na ordem de classificação, e assim sucessivamente até a apuração de uma proposta ou lance e proponente que atendam o Edital.

3.8 DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

3.8.1. A qualificação técnica para a execução dos serviços será comprovada por meio de atestado(s)/certidão(ões) emitido(s) em nome da licitante, fornecido(s)



**PREFEITURA DE
SÃO PAULO**

por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprovem a aptidão da licitante para desempenho das atividades compatíveis e pertinentes com o objeto desta licitação.

3.8.2. O(s) atestado(s) ou certidão(ões) deverá(ão) ser apresentado(s) em papel timbrado, original ou cópia reprográfica autenticada, assinado(s) por autoridade ou representante de quem o(s) expediu, com a devida identificação, não lhe sendo exigido prazo de validade.



TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

Contratação de empresa especializada para a confecção, fornecimento e entrega de 100 (cem) medalhas honoríficas “Cantídio Nogueira Sampaio”, acompanhadas de seus adereços regulamentares (miniatura, barreta, roseta e diploma), acondicionadas individualmente em estojo de veludo na cor azul marinho, próprio para apresentação institucional, bem como 100 (cem) moedas institucionais do tipo “Challenge Coin”, personalizadas conforme identidade visual da Assessoria Policial Militar da Prefeitura do Município de São Paulo – APMPMSP também acondicionadas individualmente em estojo de veludo na cor azul marinho. Os itens destinam-se à Solenidade de Aniversário da APMPMSP, devendo ser entregues integralmente até o dia 05 de maio de 2026, impreterivelmente.

2. JUSTIFICATIVA

A contratação visa viabilizar a outorga da Medalha “Cantídio Nogueira Sampaio”, instituída pelo Decreto Estadual nº 69.321, de 22 de janeiro de 2025, destinada ao reconhecimento de personalidades e instituições que tenham prestado relevantes serviços à Administração Pública e à sociedade. As medalhas constituem honraria oficial, devendo obedecer rigorosamente às características legais e simbólicas estabelecidas no referido decreto. As Challenge Coins, por sua vez, possuem caráter institucional e são tradicionalmente utilizadas no meio militar como forma de reconhecimento e fortalecimento da identidade organizacional. A aquisição é imprescindível para a realização da solenidade oficial prevista para 12 de maio de 2026.

3. ESPECIFICAÇÃO DOS ITENS

Os objetos deverão atender às especificações abaixo:

3.1. Medalhas “Cantídio Nogueira Sampaio”

- Medalha “Cantídio Nogueira Sampaio”, conforme Decreto nº 69.321/2025;
- Formato composto por escudo redondo sobreposto à cruz pátea;
- Diâmetro da medalha: aproximadamente 25 mm;
- Material/ acabamento: metálico, com predominância na cor dourada;

Anverso (frente):

- Efígie de “Cantídio Nogueira Sampaio”;
- Inscrição “CANTÍDIO NOGUEIRA SAMPAIO” (parte superior);
- Inscrição “APMPMSP” (parte inferior); Verso:
- Brasão de Armas da Polícia Militar do Estado de São Paulo ao centro;

- Inscrições “POLÍCIA MILITAR” e “SÃO PAULO”;

Fita:

- Confeccionada em gorgorão;
- Dimensões aproximadas: 60 mm x 35 mm;
- Composta por 9 listras verticais nas cores preta, vermelha e branca, conforme proporções do decreto;
- Aplicação do Brasão do Município de São Paulo ao centro (aprox. 9x9 mm);

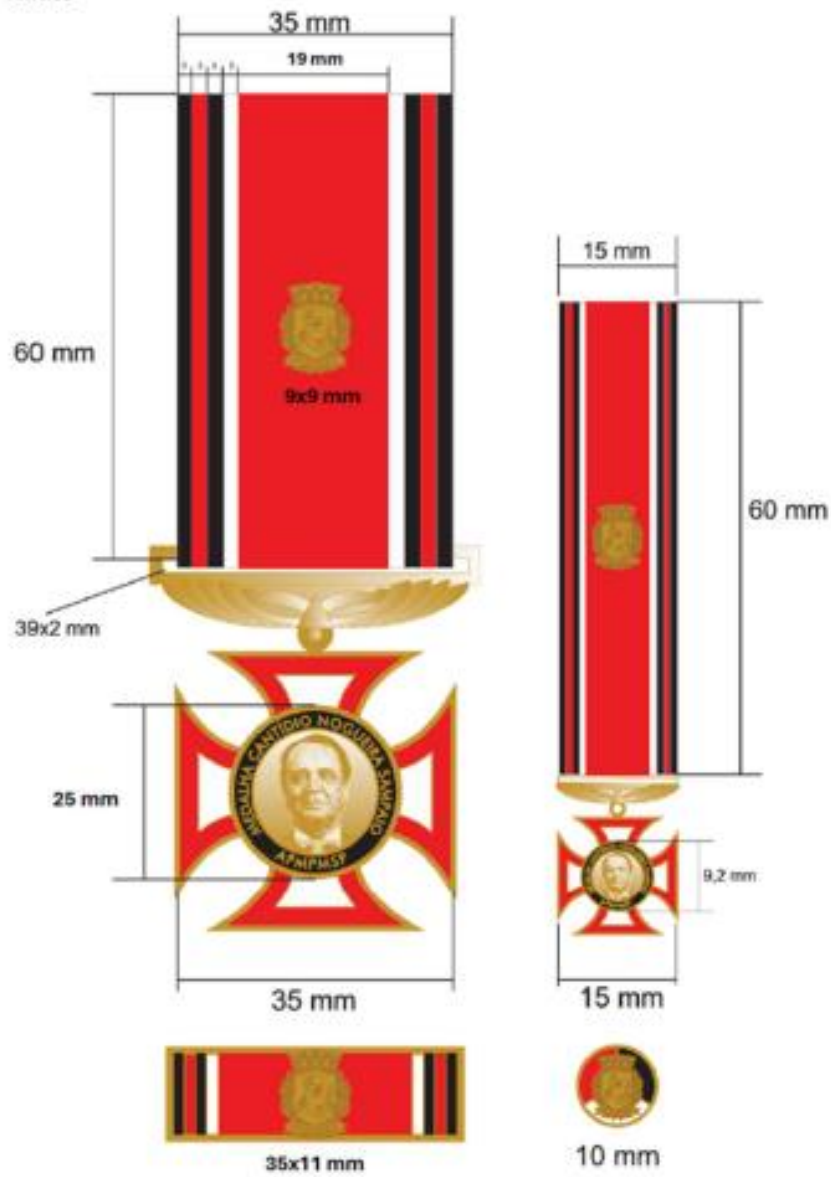
Adereços obrigatórios:

- Miniatura da medalha (15 mm);
- Barreta (35 x 11 mm); • Roseta (10 mm de diâmetro);
- Diploma correspondente; • Histórico e condições de uso;
- Acondicionamento:
 - Cada medalha deverá ser entregue já inserida em seu respectivo estojo individual, não sendo admitido o fornecimento de estojos separados ou desacompanhados. O estojo deverá ser rígido, revestido em veludo na cor azul marinho, contendo berço interno moldado para acomodação da medalha e seus adereços, com fechamento seguro e acabamento compatível com honrarias oficiais.



IMAGEM ILUSTRATIVA:

Anverso





Verso



3.2. Challenge Coin,

- **Challenge Coin institucional**, conforme modelo e especificações anexas conforme Decreto nº 69.321/2025;
- Diâmetro aproximado: 65 mm;
- Material: metal;
- Acabamento: estilo antique gold (dourado envelhecido), com partes em alto e baixo relevo (raised e recessed);

Características visuais:

- Elementos em alto relevo (3D);
- Aplicação de soft enamel (esmaltação) nas áreas coloridas;
- Utilização de cores institucionais, incluindo referências como: branco, vermelho e demais tons conforme layout (ex: 102C, 185C, 357C); Inscrições:



- Frases institucionais distribuídas na peça, tais como:

- o “COMANDO”
- o “VELOCIDADE”
- o “INICIATIVA”
- o “RESPEITO”
- o “CORAGEM”
- o “INTEGRIDADE”

Acabamento geral:

- Bordas trabalhadas em relevo;
- Alto padrão de qualidade e definição dos detalhes;

Acondicionamento: Cada medalha deverá ser entregue já inserida em seu respectivo estojo individual, não sendo admitido o fornecimento de estojos separados ou desacompanhados. O estojo deverá ser rígido, revestido em veludo na cor azul marinho, contendo berço interno moldado para acomodação da medalha e seus adereços, com fechamento seguro e acabamento compatível com honrarias oficiais.



size:65mm



4. QUANTIDADE ESTIMADA

<u>Medalhas Cantídio Nogueira Sampaio - acompanhados de estojos em veludo, no tamanho 10x15 para acomodação.</u>	100 unidades
<u>Challenge Coin - acompanhados de estojos em veludo, no tamanho 10x15 para acomodação.</u>	100 unidades

5. PRAZO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E VISTORIA

- 5.1. Os objetos deverão ser entregues impreterivelmente até o dia 05 de maio de 2026, contados do recebimento da Nota de Empenho;
- 5.2. Cabe a CONTRATADA a responsabilidade sobre a carga, descarga e frete, sem qualquer ônus para a CONTRATANTE;
- 5.3. O não cumprimento do disposto no item 5.1 e 5.2 do presente termo acarretará a aplicação das penalidades previstas no edital;
- 5.4. A Administração rejeitará, no todo ou em parte, a entrega dos serviços em desacordo com as especificações técnicas exigidas neste termo;
- 5.5. A entrega deverá ser previamente agendada com mínimo de 01 (um) dia de antecedência, por meio dos contatos dos fiscais abaixo: A entrega deverá ser previamente agendada com mínimo de 01 (um) dia de antecedência, por meio dos contatos dos fiscais abaixo: Yara Costa Pereira (11) 3113-9798 | yarapereira@prefeitura.sp.gov.br Christiani Almeida Dantas (11) 3113-9852 | christianidantas@prefeitura.sp.gov.br
- 5.6. O horário para descarregar o material no Edifício Matarazzo para veículos leves é de segunda-feira até sexta-feira das 09:00 as 17:00;
 - 5.6.1. O horário para descarregar o material no edifício Matarazzo para veículos pesados deverá ser informado com antecedência de 7 dias devido as restrições de circulação no centro de São Paulo – SP. Para agendar falar com os responsáveis do item 5.5., conforme Portaria nº 137/18/SMT-GAB.
- 5.7. As entregas deverão ser realizadas de segunda a sexta-feira, das 8h00 às 17h00, no Edifício Matarazzo, localizado no Vale do Anhangabaú, nº 128 – Centro – São Paulo/SP. Ponto de Referência: Banca de Jornal Sironi.

6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 6.1. Entregar o objeto contratual em perfeitas condições, ciente a CONTRATADA de que todas as despesas relacionadas à produção, embalagem, transporte, frete, tributos, seguros e demais encargos incidentes deverão estar incluídas no valor contratado, não gerando qualquer ônus adicional à Administração;
- 6.2. Fornecer os itens em conformidade com as especificações técnicas constantes neste Termo de Referência, no Decreto nº 69.321/2025 e demais documentos anexos;
- 6.3. Garantir a qualidade dos materiais empregados, bem como a fidelidade dos elementos visuais, inscrições, cores, dimensões e acabamentos previstos;
- 6.4. Apresentar amostra do objeto de forma imediata, sempre que solicitada pela Administração, para fins de aprovação prévia;
- 6.5. Não transferir a terceiros, no todo ou em parte, as obrigações assumidas, nem subcontratar o objeto, salvo mediante prévia e expressa autorização da Administração;
- 6.6. Responsabilizar-se pela entrega dos itens devidamente acondicionados, em caixas de veludo individuais na cor azul marinho, bem como em embalagens que garantam a integridade dos produtos;
- 6.7. Responder por quaisquer danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do objeto;
- 6.8. Substituir, às suas expensas, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, quaisquer itens que apresentem defeitos, desconformidades ou divergências em relação às especificações estabelecidas;
- 6.9. Prestar todos os esclarecimentos solicitados pela Administração, atendendo prontamente a eventuais demandas ou apontamentos;
- 6.10. Cumprir fielmente todas as disposições legais aplicáveis, especialmente no que se refere aos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, nos termos da Lei nº 14.133/2021;
- 6.11. Assegurar que os produtos entregues atendam aos padrões de qualidade e acabamento exigidos, compatíveis com a natureza institucional e solene do objeto.

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 7.1. Exercer a fiscalização do contrato por meio de servidores especialmente designados, verificando o cumprimento das especificações técnicas, prazos e condições estabelecidas neste Termo de Referência, bem como registrando eventuais ocorrências;
- 7.2. Comunicar formalmente à CONTRATADA quaisquer irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias;
- 7.3. Receber e conferir os materiais entregues, atestando sua conformidade com as especificações estabelecidas, ou rejeitando-os, no todo ou em parte, em caso de desacordo;
- 7.4. Efetuar o pagamento à CONTRATADA, de acordo com as condições estabelecidas, após o devido ateste do recebimento dos itens;
- 7.5. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA, necessários à execução do objeto;
- 7.6. Proporcionar as condições necessárias para o recebimento dos materiais, inclusive quanto ao local e horário de entrega



PREFEITURA DE SÃO PAULO

ANEXO ii

DECRETO Nº 69.321, DE 22 DE JANEIRO DE 2025

Institui a Medalha “Cantídio Nogueira Sampaio” da Assessoria Policial Militar da Prefeitura do Município de São Paulo e dá providências correlatas.

O **GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO**, no uso de suas atribuições legais e à vista da manifestação do Conselho Estadual da Ordem do Ipiranga,

Decreta:

Artigo 1º - Fica instituída a Medalha “Cantídio Nogueira Sampaio”, da Assessoria Policial Militar da Prefeitura do Município de São Paulo - APMPMSP, com o objetivo de galardoar personalidades civis e militares, ou instituições públicas e privadas, que tenham contribuído para o maior brilho da APMPMSP ou, de algum modo, prestado relevantes serviços ao Município e ao Estado de São Paulo, e à população paulista e paulistana, atuando direta ou indiretamente para a elevação do nome da Polícia Militar do Estado de São Paulo e, por essas razões, tornem-se merecedores da outorga.

Artigo 2º - A medalha de que trata o artigo 1º deste decreto tem a seguinte descrição:

I - no anverso: escudo redondo, de ouro (jalne) medindo 25mm (vinte e cinco milímetros) e tendo no abismo, a efígie de “CANTÍDIO NOGUEIRA SAMPAIO”, orlado de sable (preto), tendo as seguintes inscrições em caracteres versais maiúsculos em ouro, “CANTÍDIO NOGUEIRA SAMPAIO” em chefe, e no contrachefe “APMPMSP” (Assessoria Policial Militar da Prefeitura do Município de São Paulo), e bordadura de jalne (ouro); sobreposto a uma cruz pátea, de goles (vermelho) vasada de prata (branco), com 35 mm (trinta e cinco milímetros) de altura e 35 mm (trinta e cinco milímetros) de largura, com bordadura em jalne (ouro);

II - no verso: todo em ouro (jalne) tendo ao centro o Brasão de Armas da Polícia Militar do Estado de São Paulo e as inscrições “POLÍCIA MILITAR”, em chefe, e “SÃO PAULO” em ponta, tudo em alto relevo;

III - a medalha pende por uma fita de gorgorão de seda chamalotada de 60 mm (sessenta milímetros) de comprimento e 35 mm (trinta e cinco milímetros) de largura, composta de 9 (nove) listras, verticalmente dispostas da direita para a esquerda, tendo



as seguintes cores e proporções:

- a) preta, de 2 mm (dois milímetros);
- b) vermelha, de 2 mm (dois milímetros); c
-) preta, de 2 mm (dois milímetros);
- d) branca, de 2 mm (dois milímetros);
- e) vermelha, de 19 mm (dezenove milímetros);
- f) branca, de 2 mm (dois milímetros);
- g) preta, de 2 mm (dois milímetros);
- h) vermelha, de 2 mm (dois milímetros);
- i) preta, de 2 mm (dois milímetros);

IV – complemento da fita: a) ao centro será colocado o Brasão de Armas do Município de São Paulo, todo de jalne (ouro), de 9 mm (nove milímetros) de largura e 9 mm (nove milímetros) de altura.

V – adereços da medalha:

§ 1º - Acompanharão a medalha: a miniatura, a barreta, a roseta, o diploma, o histórico e as condições de uso da medalha.

§ 2º - A miniatura terá a medida de 15 mm (quinze milímetros) de diâmetro, pendente por uma fita de 60 mm (sessenta milímetros) de comprimento por 15 mm (quinze milímetros) de largura, com a mesma composição descrita no “caput” deste artigo e seus incisos, guardadas as devidas proporções.

§ 3º - A barreta terá 35 mm (trinta e cinco milímetros) de comprimento por 11 mm (onze milímetros) de altura, com a mesma disposição de cores da fita, tendo ao centro o Brasão de Armas do Município de São Paulo em jalne.

§ 4º - A roseta terá 10 mm (dez milímetros) de diâmetro, com a mesma cor da fita (preta, branco e vermelho) e ao centro Brasão de Armas do Município de São Paulo em jalne.

§ 5º - O diploma terá as características e dizeres a serem estabelecidos pela comissão a que se refere o

artigo 3º deste decreto e, em seu verso, deverão constar as informações de registro da medalha. Artigo 3º - A medalha será outorgada pelo Comandante Geral da Polícia Militar do Estado de São Paulo, mediante proposta da comissão integrada pelo Chefe da Assessoria Policial Militar da Prefeitura do Município de São Paulo, que será seu



presidente, e mais quatro membros por este escolhido, dos quais três, obrigatoriamente, serão Oficiais da APMPMSP.

§ 1º - A comissão se reunirá tantas vezes quantas se fizerem necessárias, por convocação de seu presidente.

§ 2º - A aprovação das indicações das personalidades e instituições a serem agraciadas dependerá do voto da maioria absoluta dos membros da Comissão e do “ad referendum” do Conselho Estadual da Ordem do Ipiranga.

§ 3º - A medalha poderá ser concedida a título póstumo.

Artigo 4º - Os diplomas, acompanhados do “curriculum vitae” do indicado, serão encaminhados ao Conselho Estadual da Ordem do Ipiranga para deliberação e registro.

Parágrafo único - A recusa do Conselho Estadual da Ordem do Ipiranga em registrar o diploma, implicará no cancelamento da indicação.

Artigo 5º - Perderá o direito ao uso da condecoração, bem como a ela não fará jus, aquele que tenha sido condenado à pena privativa de liberdade ou praticado qualquer ato contrário à dignidade ou ao espírito da honraria.

Artigo 6º - O militar do Estado indicado deverá, se Praça, estar, no mínimo, no comportamento “bom” e, se Oficial, não ter sido punido pelo cometimento de faltas atentatórias às instituições ou ao Estado, atentatórias aos direitos humanos fundamentais, ou de natureza desonrosa.

Artigo 7º - Publicado o ato concessório da honraria em Boletim Geral da Polícia Militar, a Comissão de que trata o artigo 3º deste decreto, providenciará a lavratura do diploma respectivo, que será assinado pelo Comandante Geral da Polícia Militar do Estado de São Paulo e pelo Chefe da Assessoria Policial Militar da Prefeitura do Município de São Paulo.

Artigo 8º - A comissão manterá um Livro Ata (Livro de Ouro), que em sua abertura deverá constar o Histórico da APMPMSP e a seguir, em ordem numérica, os nomes e as qualificações dos agraciados.



PREFEITURA DE SÃO PAULO

Artigo 9º - A entrega das medalhas será feita preferencialmente em solenidade pública, na data de aniversário da Assessoria Policial Militar da Prefeitura do Município de São Paulo, ou na data comemorativa de aniversário da personalidade homenageada, na presença do Comandante Geral da Polícia Militar do Estado de São Paulo.

Artigo 10 - Na hipótese da extinção da honraria, seus cunhos, exemplares remanescentes e complementos serão recolhidos ao Conselho Estadual da Ordem do Ipiranga, sem quaisquer ônus para os cofres públicos.

Artigo 11 - As despesas decorrentes da aplicação deste decreto correrão à conta das dotações próprias consignadas no orçamento-programa vigente.

Artigo 12 - As disposições constantes deste decreto somente poderão ser alteradas após submissão ao Conselho Estadual da Ordem do Ipiranga.

Artigo 13 - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

TARCÍSIO DE FREITAS

Arthur Luis Pinho de Lima



**PREFEITURA DE
SÃO PAULO**

ANEXO III

**MODELO REFERENCIAL DE DECLARAÇÕES
(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)**

À

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE GOVERNO MUNICIPAL

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

ENDEREÇO: Viaduto do Chá, 15 - 2º. Andar

REF.: Processo nº 6011.2026/0000860-1

Licitação na modalidade: DISPENSA ELETRÔNICA Nº 156/2026-SGM

A _____ inscrita no CNPJ sob nº _____, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a)._____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____DECLARA:

1) para fins do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei Federal nº 14.133/21, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos, salvo, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz

2) que, até a presente data, inexistem fatos impeditivos para a sua habilitação no presente processo licitatório, inclusive condenação judicial na proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, transitada em julgada ou não desafiada por recurso com efeito suspensivo, por ato de improbidade administrativa, estando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

3) que não se encontra declarada inidônea, nem suspensa ou impedida de licitar e contratar com a Administração Pública.

4) que observou e atende plenamente aos requisitos previstos aos parágrafos §1º, §2º, §3º do art. 4º da Lei Federal nº 14.133/21 (aplicável a ME/EPP);



5) que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na CF/88, leis trabalhistas, nas normas

infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, sob pena de desclassificação.

6) que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social.

7) Não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos II e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da CF/88.

8) Que, em se tratando de microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa, que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento estabelecido em seus arts. 42 a 49.

(local do estabelecimento), ____ de ____ de 2026

Representante Legal/Procurador

(nome completo, cargo ou função e assinatura do representante legal/procurador)



**PREFEITURA DE
SÃO PAULO**

ANEXO IV

**MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS
(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)**

À

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE GOVERNO MUNICIPAL

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

ENDEREÇO: Viaduto do Chá, 15 - 2º. Andar

REF.: Processo nº 6011.2026/0000352-9

Licitação na modalidade: DISPENSA ELETRÔNICA Nº 137/2026-SGM

A empresa, estabelecida na

.....,

nº, complemento:....., C.N.P.,

telefone:, FAX:, Bairro

....., Cidade:, Estado:, e-mail.....,

Itens	Descrição	Marca	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
01	Medalhas Cantídio Nogueira Sampaio - acompanhados de estojos em veludo, no tamanho 10x15 para acomodação.		100		
02	Challenge Coin - acompanhados de estojos em veludo, no tamanho 10x15 para acomodação.		100		

VALOR TOTAL _____

Os materiais fornecidos e os serviços executados se submetem às regras e condições dispostas no Código do Consumidor (Lei nº 8.078/90), possuindo, contados da emissão do Termo de Encerramento emitido por SGM/CAF/DAP, o



**PREFEITURA DE
SÃO PAULO**

prazo de garantia mínima de 12 (doze) meses.

OBS: Exige-se o envio de amostra de cada item para fins de análise.

Para disputa na etapa de lances, o preço a ser ofertado corresponderá ao do objeto a ser contratado nas condições estabelecidas no Aviso de Dispensa. A proposta deverá conter a marca do produto, o valor total, expresso em algarismos com duas casas decimais e por extenso, em caso de divergência entre os valores expressos em algarismos e por extenso, prevalecerá o por extenso;

Prazo de entrega: Os objetos deverão ser entregues impreterivelmente até o dia 05 de maio de 2026, contados do recebimento da Nota de Empenho.

Declara, sob as penas da lei, que o(s) preço(s) cotado(s) inclui (em) todos os custos e despesas necessárias ao integral cumprimento das obrigações decorrentes desta licitação.

(local e data)

(Assinatura do representante legal da
Empresa)

Nome:

RG:

CPF:



**PREFEITURA DE
SÃO PAULO**

ANEXO V

**MODELO REFERENCIAL DE DECLARAÇÃO DE NÃO CADASTRAMENTO E
INEXISTÊNCIA DE DÉBITOS PARA COM A FAZENDA DO MUNICÍPIO DE SÃO
PAULO**

A empresa _____ inscrita no CNPJ sob nº _____, por intermédio de seu representante legal, Sr. _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____ DECLARA, sob as penas da Lei, que não está inscrita no Cadastro de Contribuintes Mobiliários do Município de São Paulo, bem assim que não possui débitos para com a Fazenda deste Município.

(local do estabelecimento), ____ de _____ de 2026.

**(nome completo, cargo ou função e assinatura do representante
legal/procurador**



**PREFEITURA DE
SÃO PAULO**

ANEXO VI

MINUTA DO ANEXO DA NOTA DE EMPENHO

1. OBJETO:

1.1. Contratação de empresa especializada para a confecção, fornecimento e entrega de 100 (cem) medalhas honoríficas “Cantídio Nogueira Sampaio”, acompanhadas de seus adereços regulamentares (miniatura, barreta, roseta e diploma), acondicionadas individualmente em estojo de veludo na cor azul marinho, próprio para apresentação institucional, bem como 100 (cem) moedas institucionais do tipo “Challenge Coin”, personalizadas conforme identidade visual da Assessoria Policial Militar da Prefeitura do Município de São Paulo – APMPMSP também acondicionadas individualmente em estojo de veludo na cor azul marinho.

2. CONDIÇÕES E FORMA DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS:

2.1. Os itens destinam-se à Solenidade de Aniversário da APMPMSP, devendo ser entregues integralmente até o dia 05 de maio de 2026, impreterivelmente.

2.2. Cabe a CONTRATADA a responsabilidade sobre a carga, descarga e frete, sem qualquer ônus para a CONTRATANTE;

2.3. O não cumprimento do disposto no item 5.1 e 5.2 do presente termo acarretará a aplicação das penalidades previstas no edital;

2.4. A Administração rejeitará, no todo ou em parte, a entrega dos serviços em desacordo com as especificações técnicas exigidas neste termo;

2.5. A entrega deverá ser previamente agendada com mínimo de 01 (um) dia de antecedência, por meio dos contatos dos fiscais abaixo: Yara Costa Pereira (11) 3113-9798 | yarapereira@prefeitura.sp.gov.br Christiani Almeida Dantas (11) 3113-9852 | christianidantas@prefeitura.sp.gov.br



PREFEITURA DE SÃO PAULO

2.6. O horário para descarregar o material no Edifício Matarazzo para veículos leves é de segunda-feira até sexta-feira das 09:00 as 17:00; 5.6.1. O horário para descarregar o material no edifício Matarazzo para veículos pesados deverá ser informado com antecedência de 7 dias devido as restrições de circulação no centro de São Paulo – SP. Para agendar falar com os responsáveis do item 5.5., conforme Portaria nº 137/18/SMT-GAB.

2.7. A entrega deverá ser realizada de segunda a sexta-feira, das 8h00 às 17h00, no Edifício Matarazzo, localizado na Rua Doutor Falcão Filho, nº 56 – Centro – São Paulo/SP;

3. DO PAGAMENTO:

3.1. O prazo de pagamento será de 30 (trinta) dias, contados da data do adimplemento do objeto, mediante o fornecimento do material e a entrega na Unidade Requisitante dos documentos discriminados neste edital e o atestado de recebimento e aprovação dos produtos pela Prefeitura;

3.1.1. Possuir e informar dados bancários perante o Banco do Brasil

S/A, conforme o Decreto nº 51.197 de 22 de janeiro de 2010.

3.1.2. A Nota Fiscal/Fatura que apresentar incorreções, quando necessário, será devolvida e seu vencimento ocorrerá em até 30 (trinta) dias após a data de sua reapresentação válida;

3.1.3. Caso ocorra a necessidade de providências complementares por parte da contratada, a fluência do prazo de pagamento será interrompida, reiniciando-se a contagem a partir da data em que estas forem cumpridas;

3.1.4. Antes do pagamento a contratante efetuará consulta ao Cadastro Informativo Municipal – CADIN MUNICIPAL, por força da Lei Municipal nº 14.094/2005 e Decreto nº 47.096/2006, do qual não poderá constar qualquer pendência;

3.2. Os pagamentos obedecerão às Portarias da Secretaria Municipal de Finanças e Desenvolvimento Social (SF) em vigor, ficando ressalvada qualquer alteração



PREFEITURA DE SÃO PAULO

quanto às normas referentes a pagamento dos fornecedores;

3.3. A Nota Fiscal deverá apresentar o Imposto de Renda a ser retido no pagamento em concordância com a Instrução Normativa da Receita Federal IN RFB nº 2.145 de 26 de junho de 2023.

4. DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA:

4.1 As despesas decorrentes da aquisição do objeto desta licitação correrão por conta da dotação orçamentária:

11.20.04.122.4001.2.100.3.3.90.39.00.00.1.500.9001.0

5 . DA ACEITAÇÃO DO OBJETO:

5.1 Na hipótese do produto entregue apresentar vícios de qualidade que o tornem impróprio ou inadequado para uso ou em desconformidade com a especificação a Contratada estará incorrendo na penalidade prevista na cláusula 6.4.4. do Ajuste, e deverá saná-los no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, após o que incidirão as penalidades previstas para o atraso na entrega ou não execução do objeto, conforme cláusula 6ª.

5.2 Não sendo o vício sanado no prazo supra aludido, a Contratante, a seu critério, exigirá a substituição do produto por outro da mesma espécie em condições de uso, ou seu valor correspondente, sem prejuízo da restituição da quantia paga pelo material, monetariamente atualizada (Lei nº 8.078/90 – CDC), bem como a aplicação das penalidades previstas no item 6.4.1. ou 6.4.4. do Ajuste.

6. PENALIDADES:

6.1 São aplicáveis as sanções e procedimentos previstos no Título IV, Capítulo I artigos 155 e 156 da Lei Federal nº 14.133/21 e Seção XI do Decreto Municipal nº 62.100/21.

6.1.1. As penalidades só deixarão de ser aplicadas nas seguintes hipóteses:

- a)** comprovação, anexada aos autos, da ocorrência de força maior impeditiva do cumprimento da obrigação; e/ou,
- b)** manifestação da unidade requisitante, informando que o ocorrido derivou de fatos



PREFEITURA DE SÃO PAULO

imputáveis exclusivamente à Administração.

6.2 Ocorrendo recusa da adjudicatária em retirar/receber a nota de empenho, dentro do prazo estabelecido neste Edital, sem justificativa aceita pela Administração, garantido o direito prévio de citação e da ampla defesa, serão aplicadas:

- a)** Multa no valor de 20% do valor do ajuste se firmado fosse;
- b)** Pena de impedimento de licitar e contratar pelo prazo de até 3 anos com a Administração Pública, a critério da Prefeitura;

6.2.1 Incidirá nas mesmas penas previstas neste subitem a empresa que estiver impedida de firmar o ajuste pela não apresentação dos documentos necessários para tanto.

6.3 À licitante que ensejar o retardamento da execução do certame, inclusive em razão de comportamento inadequado de seus representantes, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida neste edital, não mantiver a proposta/lance, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, se microempresa ou pequena empresa não regularizar a documentação fiscal no prazo concedido para este fim, garantido o direito prévio de citação e da ampla defesa, serão aplicadas as penalidades referidas nas alíneas “a” e “b” do subitem 6.2 ou declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, a depender da natureza e gravidade da infração cometida e peculiaridades do caso em concreto.

6.4 As penalidades poderão ainda ser aplicadas em outras hipóteses, nos termos da Lei, garantido o direito prévio de citação e da ampla defesa, sendo que com relação a multas serão aplicadas como segue:

6.4.1 Multa de 20% sobre o valor do ajuste, por inexecução total do objeto.

6.4.2 Multa de 20% sobre o valor da parcela inexecutada, por inexecução parcial do ajuste.

6.4.3 Multa de 1,0% sobre o valor do material não entregue por dia de atraso, inclusive nas hipóteses de fixação de prazo para substituição ou complementação, limitada a demora até o máximo de 19 dias do prazo fixado, após restará configurada inexecução do ajuste, parcial ou total a depender se o atraso se deu



PREFEITURA DE SÃO PAULO

em parte ou no todo.

6.4.4 Decorrido o prazo acumulado de 20 dias de atraso na entrega dos materiais, poderá, a critério da Coordenadoria de Administração e Finanças, devidamente justificado:

6.4.5 Multa de 5% sobre o valor do material entregue em desacordo com as especificações do edital e do ajuste, sem prejuízo de sua substituição, no prazo estabelecido.

6.4.6 Multa de 2% sobre o valor do ajuste, por descumprimento de qualquer das obrigações decorrentes do ajuste, não previstas nas demais disposições desta cláusula.

6.4.7 Multa de 20% sobre o valor do contrato, por rescisão do ajuste decorrente de culpa da Contratada.

6.5 As sanções são independentes e a aplicação de uma não exclui a das outras, quando cabíveis.

6.6 Das decisões de aplicação de penalidade, caberá recurso nos termos dos artigos 166 e 167 da Lei Federal nº 14.133/21, observados os prazos nele fixados, que deverá ser dirigido à autoridade competente, e protocolizado nos dias úteis, das 10:00 às 18:00. horas.

6.6.1 Não serão conhecidos recursos enviados pelo correio, telex, fac-símile, correio eletrônico ou qualquer

outro meio de comunicação, se, dentro do prazo previsto em lei, a peça inicial original não tiver sido protocolizada.

6.6.2 Caso a Contratante releve justificadamente a aplicação da multa ou de qualquer outra penalidade, essa tolerância não poderá ser considerada como modificadora de qualquer condição contratual, permanecendo em pleno vigor todas as condições deste Edital.

6.7 Os procedimentos de aplicação das penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar e contratar serão conduzidos por comissão, nos termos do artigo 158, “caput” e § 1º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.



PREFEITURA DE SÃO PAULO

6.8 São aplicáveis à presente licitação e ao ajuste dela decorrente no que cabível for, inclusive, as sanções penais estabelecidas na Lei Federal nº 14.133/21.

7.OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1. Entregar o objeto contratual em perfeitas condições de uso, ciente o fornecedor de que, todas as despesas relacionadas à entrega, transporte e descarregamento, bem como tributos, fretes, custos diretos e indiretos, seguros e demais encargos incidentes, deverão estar incluídas no valor contratado, não gerando qualquer ônus adicional à Administração;

7.2. Fornecer os itens em conformidade com as especificações técnicas constantes neste Termo de Referência, no Decreto nº 69.321/2025 e demais documentos anexos;

7.3. Garantir a qualidade dos materiais empregados, bem como a fidelidade dos elementos visuais, inscrições, cores, dimensões e acabamentos previstos;

7.4. Apresentar amostra do objeto de forma imediata, sempre que solicitada pela Administração, para fins de aprovação prévia;

7.5. Não transferir a terceiros, no todo ou em parte, as obrigações assumidas, nem subcontratar o objeto, salvo mediante prévia e expressa autorização da Administração;

7.6. Responsabilizar-se pela entrega dos itens devidamente acondicionados, em caixas de veludo individuais na cor azul marinho, bem como em embalagens que garantam a integridade dos produtos;

7.7. Responder por quaisquer danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do objeto;

7.8. Substituir, às suas expensas, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, quaisquer itens que apresentem defeitos, desconformidades ou divergências em relação às especificações estabelecidas;

7.9. Prestar todos os esclarecimentos solicitados pela Administração, atendendo prontamente a eventuais demandas ou apontamentos;



PREFEITURA DE SÃO PAULO

7.10. Cumprir fielmente todas as disposições legais aplicáveis, especialmente no que se refere aos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, nos termos da Lei nº 14.133/2021;

7.11. Assegurar que os produtos entregues atendam aos padrões de qualidade e acabamento exigidos, compatíveis com a natureza institucional e solene do objeto.

8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

8.1. Exercer a fiscalização do contrato por meio de servidores especialmente designados, verificando o cumprimento das especificações técnicas, prazos e condições estabelecidas neste Termo de Referência, bem como registrando eventuais ocorrências;

8.2. Comunicar formalmente à CONTRATADA quaisquer irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias;

8.3. Receber e conferir os materiais entregues, atestando sua conformidade com as especificações estabelecidas, ou rejeitando-os, no todo ou em parte, em caso de desacordo;

8.4. Efetuar o pagamento à CONTRATADA, de acordo com as condições estabelecidas, após o devido ateste do recebimento dos itens;

8.5. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA, necessários à execução do objeto;

8.6. Proporcionar as condições necessárias para o recebimento dos materiais, inclusive quanto ao local e horário de entrega.

9. GARANTIA

9.1. A garantia dos itens desta requisição deverá observar o disposto neste Termo de Referência, aplicando-se a ambos os lotes da contratação, com vigência a partir da data de conclusão da respectiva entrega no local indicado neste documento;

8.2. Os materiais fornecidos e os serviços executados se submetem às regras e condições dispostas no Código do Consumidor (Lei nº 8.078/90), possuindo,



PREFEITURA DE SÃO PAULO

contados da emissão do Termo de Encerramento emitido por SGM/CAF/DAP, o prazo de garantia mínima de 12 (doze) meses;

8.3. A contratada prestará garantia de 90 (noventa) dias previsto no artigo 26, inciso II, Lei 8.078/90 (código de defesa do consumidor), sem prejuízo da garantia do fabricante.

9. DISPOSIÇÕES FINAIS

9.1. Os casos omissos serão resolvidos pela contratante, observadas as normas de licitações e contratos vigentes;

9.2. A execução do objeto deverá atender aos princípios da economicidade, eficiência e transparência na gestão pública.

10. CONTROLE DA EXECUÇÃO

10.1. Nos termos do art. 117 Lei nº 14.133, de 2021, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro o próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados;

10.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 120 da Lei nº 14.133, de 2021;

11.FUNDAMENTAÇÃO: Lei Federal nº 14.133/2021 e Decreto nº 62.100/2022.

12. CLÁUSULA ANTICORRUPÇÃO:

12.1. A Contratada deverá observar o disposto no art. 114º, inciso II do Dec. nº 62.100/2022.

12.2. Para a execução deste contrato, nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou



PREFEITURA DE SÃO PAULO

se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou não financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, ou de outra forma a ele não relacionada, devendo garantir, ainda, que seus prepostos e colaboradores ajam da mesma forma.

12.3. Fica vinculada a esta NE e anexo, para todos os efeitos legais, a proposta apresentada pela Contratada, independentemente de sua transcrição.